

Boletim

CRIPAR

FEVEREIRO/MARÇO 2024

**ESTRATÉGIAS DE
ENFRENTAMENTO AO
DESMONTE DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA EM SÃO PAULO, A
PARTIR DAS ESCOLAS NA
AÇÃO SINDICAL**



**PREPARAR A
GREVE!**

**POR EMPREGO,
SALÁRIO E DIREITOS!**

APRESENTAÇÃO

Em reunião realizada em 20 de fevereiro, a Diretoria Executiva da APEOESP deliberou encaminhamentos imediatos para o calendário de lutas da APEOESP. Além disso, este Boletim CRRR traz análises e propostas para debate nas reuniões de Representantes de Escola e de Aposentados/as, preparatórias à reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER), mobilizando a categoria para a greve.

A Diretoria Executiva, considerando a bagunça e as injustiças provocadas pela SEDUC no processo de atribuição de classes e aulas, a ausência de valorização salarial e profissional dos professores, a manobra da SEDUC para tentar reduzir a autonomia dos professores no cumprimento das Atividades Pedagógicas Diversificadas (APDs), assédio moral, digitalização do processo educativo e consequentes ataques à liberdade de ensinar e aprender e o conjunto de ataques do governo Tarcísio/Feder à nossa categoria e à escola pública está desenvolvendo um processo de diálogo com todas as professoras e professores, visando a construção da greve em defesa do emprego, do salário e dos direitos.

Por isso, é fundamental que nas Reuniões de Representantes de Escola e de Aposentados/as, todas essas questões, e muitas outras, sejam ampla e profundamente debatidas, para elaboração de propostas que façam avançar nossa luta.

Entre as principais propostas encaminhadas pela Executiva para debate está: **PREPARAR A GREVE CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO TARCÍSIO/FEDER.** As reuniões de RE/RA devem avaliar a proposta, considerando a necessidade de que haja forte engajamento da nossa categoria nas escolas, subsedes e regiões, para que o movimento grevista que venha a emergir seja forte, unitário e capaz de obrigar a SEDUC a considerar e atender nossas reivindicações.

A manifestação da APEOESP no dia 21 de fevereiro, com a presença de mais mil professoras e professores, debaixo de forte chuva levou o protesto de nossa categoria à SEDUC, por emprego, salário e direitos. A APEOESP é o sindicato que unifica nossas lutas e organiza a categoria. Sinalizamos para o governo Tarcísio/Feder que vamos pressionar até nossa vitória, fazendo greve, pois repudiamos o desrespeito e o massacre da nossa categoria.

A Diretoria da APEOESP conclama toda a nossa categoria para lutar de modo incisivo e intransigente contra os desmandos de Tarcísio e Feder, até que seu projeto autoritário, ultraliberal e contra os/as professores/as seja definitivamente derrotado e os serviços públicos de qualidade e os direitos da cidadania, como o direito à Educação e a uma vida digna sejam garantidos e efetivados para toda a população. Somente com a derrota de Tarcísio/Feder seremos respeitados!

Diretoria da APEOESP
Fevereiro de 2024

AGENDA

APEOESP

MARÇO

02 a 09 REUNIÕES DE REPRESENTANTES DE ESCOLAS E REPRESENTANTES DE APOSENTADOS

08 Manifestação do Dia Internacional de Luta das Mulheres no MASP – CUT convida para concentração às 14 horas no Espaço Cultural Lélia Abramo - R. Carlos Sampaio, 305 - Bela Vista

15 ASSEMBLEIA ESTADUAL – 16 horas - Praça da República – em seguida, ato com o Grito em Defesa dos Serviços Públicos de Qualidade e do Funcionalismo no Estado de São Paulo. Assembleia será antecedida de reunião do CER na mesma data.

ABRIL

26 indicativo: Dia Estadual de Luta

26 e 27 XI Conferência Estadual de Mulheres da APEOESP

MAIO

23 Encontro Estadual de Aposentados da APEOESP

CNTE

MARÇO

Mobilizações locais referentes à Campanha Salarial e Educacional 2024

ABRIL

01 a 20 Organização e mobilização para a 25ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública e da Marcha Nacional da Educação

7, 8 e 9 Conferência da IEAL – San José/Costa Rica

21 a 27 25ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública da CNTE

24 Marcha Nacional da Educação

MAIO

01 Organizar, mobilizar e participar das manifestações no Dia do/a Trabalhador/a

JUNHO

19 Reunião da Direção da CNTE

20 e 21 Reunião do CNE/CNTE

JULHO

11 a 13 9º Congresso Mundial da IE – Buenos Aires/Argentina

JULHO a OUTUBRO - ATUAÇÕES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

NOVEMBRO

27 Reunião da Direção da CNTE

28 e 29 Reunião do CNE/CNTE

CUT

FEVEREIRO

22 a 24 Jornada Latino-Americana e Caribenha de Integração dos Povos

MARÇO

04 a 08 4ª Conferência Nacional de Cultura - (Brasília/DF)
08 Dia Internacional das Mulheres – AGENDA PRIORITÁRIA

ABRIL

02 a 04 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

08 a 12 Encontro Nacional de Formação da CUT – ENAFOR (Praia Grande/SP)

17 Dia Nacional de Luta Pela Reforma Agrária

26 Marcha da Educação (CNTE) - em construção
A confirmar – Reunião do Fórum Sindical Amazônico

MAIO

01 Dia do Trabalhador e da Trabalhadora – AGENDA PRIORITÁRIA

08 a 12 5ª Conferência Nacional da Igualdade Racial

22 Marcha a Brasília pelos Direitos da Classe Trabalhadora – AGENDA PRIORITÁRIA

JUNHO

05 Conferência Nacional do Meio Ambiente

07 a 09 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida (Foz do Iguaçu/PR)

08 a 09 26ª Conferência Nacional dos Bancários

28 Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+
A confirmar – 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária

JULHO

14 a 17 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

25 Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha

AGOSTO

A confirmar – Cúpula do Brics

SETEMBRO

07 Grito dos Excluídos

OUTUBRO

06 1o Turno/Eleições Municipais

27 2o Turno/Eleições Municipais

NOVEMBRO

19 a 22 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

20 Dia da Consciência Negra

25 Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres

29 Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino

A confirmar – 6ª Conferência Nacional das Cidades

A confirmar – G20 Cúpula de Presidentes

DEZEMBRO

03 Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

10 Dia Internacional dos Direitos Humanos

25 Natal Solidário

A PARTIR DAS ESCOLAS E DA AÇÃO SINDICAL, ENFRENTAR O DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM SÃO PAULO

PREPARAR A GREVE! POR EMPREGO, SALÁRIO E DIREITOS!

O governo Tarcísio/Feder quer nos dividir, mas permaneceremos unidos e unidas!

Mobilizar toda a base do professorado paulista para a Assembleia no dia 15 de março, 16 horas na Praça da República.

Eleger pelo menos um Representante em cada escola e mobilizar os Representantes de Aposentados e Aposentadas.

Reuniões de Representantes devem se realizar de 2 a 9 de março.

Realizar a escuta das demandas dos professores nas escolas e demais espaços para construir nosso Plano de Lutas.

Dialogar com os professores e as professoras e mobilizá-los para a greve contra os desmandos de Tarcísio e Feder sobre as condições de trabalho, salários, saúde e qualidade de vida da categoria.

O ano letivo de 2024 se inicia marcado por graves e contundentes ataques do Governo Tarcísio de Freitas/Renato Feder aos direitos dos professores e das professoras e aos direitos educacionais dos estudantes.

A progressiva desprofissionalização docente, a ausência de concursos públicos e o desmonte das condições de ensino e aprendizagem nas escolas, entre outros fatores que detalharemos adiante, trouxe a rede estadual de ensino à situação atual, na qual metade dos professores e professoras são contratados de forma precária, como categoria O, o autoritarismo impera nas escolas e a qualidade

do ensino ofertado aos estudantes despenca acentuadamente.

O processo de atribuição de classes e aulas dos professores e professoras da categoria O foi verdadeiramente criminoso. Partindo da classificação do concurso realizado pela VUNESP, com erros gravíssimos (inclusive os decorrentes das imposições e correção da videoaula por meio de Inteligência Artificial), a classificação dos professores para a atribuição de aulas resultou em irregularidades, injustiças e muitos problemas. Milhares de professores ficaram sem aulas, enquanto outros milhares iniciam o ano sem professores. A APEOESP está

agindo junto ao Ministério Público para denunciar a VUNESP e a SEDUC pelos danos morais e materiais causados aos professores.

Evidentemente, a recusa da SEDUC em prorrogar os contratos dos professores temporários com contratos iniciados em 2018, 2019 e 2020 foi um dos principais ataques a este segmento quase majoritário da nossa categoria. Mais de 50 mil professores ficaram sem salários em janeiro e parte de fevereiro, sem que a SEDUC se dispusesse a debater qualquer tipo de encaminhamento para lhes garantir a sobrevivência.

A APEOESP realizou manifestação no dia 9 de janeiro, manteve plantão jurídico e constante pressão sobre a SEDUC, inclusive por meio de ações judiciais. Também manteve em cada subsede o acompanhamento da atribuição de aulas, auxiliando os professores e as professoras na solução dos problemas que se apresentavam. Em diversas regiões as subse-des promoveram manifestações nas Diretorias de Ensino com o mesmo propósito. Na parte final deste Boletim voltaremos a este assunto.

O governo Tarcísio/Feder também se recusa a aplicar corretamente o reajuste do piso salarial profissional nacional sobre o salário base, com as devidas repercussões em toda a carreira, gerando cada vez mais defasagem no nosso poder de compra.

É neste contexto que se realizarão as reuniões de Representantes de Escolas e de Aposentados, preparatórias à reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER), que ocorrerá no dia 15 de março para definirmos nosso plano de lutas para o próximo período.

Neste Boletim, apontamos alguns elementos como contribuição para este debate.

Construir um plano de lutas a partir das unidades escolares

No cotidiano das escolas se tornam mais perceptíveis os efeitos nefastos da ação deliberada do governo Tarcísio/Feder para desmontar a Educação Pública paulista, mediante ataques incisivos contra os professores e as professoras, os demais profissionais

da Educação e suas lideranças sindicais, ampliando a negação dos direitos educacionais das crianças, adolescentes e da juventude, filhos/as da classe trabalhadora, que frequentam as escolas públicas.

Um dos exemplos mais atroz e que demanda conscientização e combate imediatos é o aumento da pressão, vigilância em sala, bullying, assédio moral e práticas antissindicais por uma boa parte dos gestores, sob orientação e pressão da Secretaria Estadual da Educação, sobre professoras e professores, causando transtornos e doenças psiquiátricas, para além do clima de violência escolar e de ódio disseminado nas comunidades. Isso se reflete no aumento dos afastamentos docentes, em mais de 30% no ano de 2023 em relação a 2022, conforme denúncias recebidas pela APEOESP, mostrando que a estrutura do Estado pesa no “chão da escola”. Outro exemplo é a desvalorização profissional e a desqualificação do trabalho docente pelo autoritarismo na responsabilização e exigência do cumprimento de metas de desempenho dos estudantes nas avaliações em massa, o que é feito mediante a restrição da liberdade de ensinar e aprender dos docentes. O “trabalho pedagógico” é direcionado para organização de atividades preparatórias para os exames, com “gabaritos dados previamente” e não para a garantia do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral e cidadão. Há relatos em todo o Estado de São Paulo de uma piora generalizada, tanto nas relações de trabalho, para a destruição da carreira pública, como também nos resultados educacionais que tanto se pressiona para que melhorem.

A escuta ativa dos/as Representantes de Escola da APEOESP junto à base deve ser prioridade estratégica neste início do ano letivo para que, a partir de uma avaliação da deterioração das relações de trabalho e das condições de ensino e aprendizagem, sejam elaboradas propostas para serem apreciadas na reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER) e submetidas à Assembleia, para compor a pauta estadual de reivindicações da APEOESP, em 2024. Assumindo uma prática dialógica, os Representantes de Escola têm a tarefa imediata de coletar dados que mostrem que o desmonte da Educação Pública, conduzido há décadas pelos governos do PSDB e, desde 2023, assumido escancaradamente

por Tarcísio/Feder, interfere diretamente no trabalho docente, em sua qualidade de vida e nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, impactando negativamente o desenvolvimento territorial.

Aos Diretores e Conselheiros da APEOESP, em todas as regiões, cabe coordenar esse trabalho, intensificando visitas às escolas, utilizando as reuniões de ATPCs e todos os demais espaços possíveis para levar informações e promover o debate na categoria, preparando-a para os embates que virão.

Por isso, é urgente e necessário fazer chegar a cada docente a Plataforma da Educação no Estado de São Paulo aprovada no XXVII Congresso Estadual da APEOESP. Busca-se a adesão de docentes comprometidos/as com uma Educação Pública, Gratuita, Universal e de Qualidade socialmente referenciada para que a categoria derrote o projeto ultraliberal de Tarcísio/Feder.

Em que consiste o projeto ultraliberal de desmonte da Educação Pública paulista?

O projeto ultraliberal de Tarcísio/Feder é um projeto político, não é apenas uma “má gestão”. Consiste em um conjunto de ações deliberadas e sistemáticas para minimizar o papel do Estado, precarizar o trabalho dos servidores e abrir campo para a privatização dos serviços públicos, taxando-os de ineficientes, escancarando para que o mercado privado usurpe o patrimônio público.

No campo da educação, Tarcísio e Feder seguem a linha de desmonte de Doria/Rossieli, como já incisivamente denunciado pela APEOESP: redução/flexibilização do financiamento público da Educação, corte de verbas, municipalização, imposição de programas excludentes como o Programa Ensino Integral (PEI), falta de condições adequadas para o processo de ensino e aprendizagem, fechamento de classes, digitalização do processo educativo, chegando ao ponto de tentarem desligar a rede estadual de ensino do Programa Nacional do Li-

vro Didático (PNLD), desestruturação da carreira do Magistério e, neste ano de 2024, um processo de atribuição de aulas ainda mais caótico para os professores, contratados de forma precária como “categoria O”, que são metade da categoria. Aparecem para a sociedade como medidas isoladas, mas constituem um projeto intencional.

Do ponto de vista pedagógico, trata-se de um projeto de esvaziamento do caráter libertador da Educação e a maximização de sua função econômica (ferramenta de reprodução do capital) e doutrinária, no sentido da disseminação e perpetuação da ideologia da classe dominante. Pretende-se neutralizar o debate científico, a diversidade, o senso crítico, a criatividade e o protagonismo docente, submetendo os professores a se tornarem meros “consumidores de pacotes”, e treinadores para as avaliações em massa com base em materiais somente digitais, precarizando o currículo e retirando-lhes a liberdade de cátedra e destruindo sua carreira. Trata-se de reproduzir a oferta de um ensino pobre e precário para os pobres e mais vulneráveis.

A digitalização total do processo educativo, substituindo livros por apostilas e slides, transforma professores e estudantes em consumidores passivos de conteúdos pré-definidos pela gestão da SEDUC, tirando da escola a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas que está na base da formação integral e do acesso pleno ao conhecimento. Além disso, atende a interesses comerciais de empresas que atuam no setor de informática – de onde o próprio secretário Renato Feder é oriundo. A digitalização total do processo educativo não é recomendada por especialistas e órgãos internacionais, como a UNESCO, e vem sendo revertida em diversos países.

O governo ultraliberal quer esvaziar o papel intelectual orgânico do professor. Para isso, trava uma guerra contra as pedagogias críticas e neocríticas que são rotuladas por eles de “doutrinação” e “desvios ideológicos”. Somando-se ao movimento Escola Sem Partido, a dupla Tarcísio/Feder exerce uma perseguição contra professores LGBTQIA+, negros e negras, mulheres feministas e os/as demais defensores/as da Educação como emancipação humana. Em decorrência, houve um aumento

da insegurança dos professores concomitante à elevação de casos de intimidação, agressão verbal e física e violência letal nas escolas.

Não ao corte de verbas da Educação

A tentativa criminosa do governador Tarcísio de Freitas de cortar R\$ 10 bilhões da Educação paulista tem que ser combatida por toda a sociedade.

Não há justificativa possível para esse corte, que resultaria, na redução de 30% para 25% na dotação orçamentária para a Educação. Sabemos que Educação de qualidade requer investimentos e não está sobrando dinheiro, como diz de forma irresponsável o governador.

Os profissionais da Educação ganham mal, as condições estruturais da maioria das escolas são péssimas e o processo ensino-aprendizagem necessita ser aperfeiçoado para a formação integral dos nossos estudantes. É necessário combater a evasão escolar. Nada disso é feito.

Por isso a APEOESP participa da campanha para recolher 300 mil assinaturas de eleitores em uma PEC de iniciativa popular para manter a dotação orçamentária em 30%. As subsedes precisam intensificar essa campanha.

Na Assembleia Legislativa (Alesp), com a atuação da nossa Segunda Presidenta e Deputada Estadual, Professora Bebel e demais deputados da bancada de oposição, juntamente com a mobilização de professores, funcionários, estudantes e movimentos sociais, temos conseguido adiar seguidamente a votação da PEC 9 na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR).

Como a APEOESP vem se posicionando?

Resistência e enfrentamento aos ataques, reconstrução das políticas públicas e defesa da democracia e da vida

São destacadas, a seguir, frentes de luta que demonstram o posicionamento da APEOESP e

que servem de base para os/as Representantes de Escola dialogarem com os professores, as professoras, os demais profissionais da Educação, pais e mães de estudantes e comunidade local. Importante destacar que é preciso barrar o avanço do projeto ultraliberal nas eleições municipais de 2024, elegendo representantes que defendem o Estado Democrático e a Educação Pública, para prefeitos/as e vereadores/as. Devemos disputar nos municípios compromissos e propostas que pautem a interseccionalidade das políticas públicas, com um desenvolvimento centrado nas pessoas, em sua integralidade, identidade e diversidades.

O enfrentamento principal deve se dar a partir da Escola, local de trabalho e de construção de sujeitos críticos, competentes e protagonistas, social e politicamente. É a partir da mobilização das bases que a escuta dos/as professores/as se converterá em propostas concretas que transformem a realidade de cada escola e da educação pública no Estado de São Paulo.

Lutar por políticas públicas que superem as defasagens estruturais da educação paulista “escancaradas” e “encobertas” pela pandemia da COVID-19

A APEOESP denunciou, a partir de uma pesquisa encomendada ao Instituto Vox Populi¹, a atuação desastrosa da SEDUC durante a pandemia. Houve intensificação do trabalho dos professores na Internet, mas isso não resultou em maior tempo de estudo e aproveitamento por parte dos estudantes. O acompanhamento socio-educacional e do desempenho dos estudantes pela escola não funcionou ou foi insuficiente. Em síntese, houve um prejuízo para todos os envolvidos na comunidade escolar. A pandemia “escancarou” uma realidade

1. Para uma síntese dos resultados, consulte o Caderno de Formação – Planejamento e Avaliação Escolar – APEOESP, fevereiro de 2024.

de exclusão digital, mas, para além disso, uma situação de abandono de professores, estudantes e pais, intencionalmente, pela SEDUC.

Uma fatura não paga!

A SEDUC no governo Tarcísio/Feder, até o momento, não apresentou qualquer plano de recomposição de aprendizagens e as defasagens da pandemia ficam “encobertas”, ocultando, na verdade o problema estrutural e de concepção e prática da Educação no Estado de São Paulo. Com ou sem pandemia a educação paulista “vai de mal a pior” e não há como mudar essa situação sem uma transformação disruptiva em todos os níveis de governança da esfera pública. Ou seja, é preciso derrotar radicalmente Tarcísio/Feder nas salas de aula, na gestão das escolas e no âmbito do Estado.

A necessidade de derrotar o projeto pedagógico ultraliberal em curso

No capitalismo a Educação não é libertadora e para o desenvolvimento integral das pessoas. O sistema capitalista, na perspectiva ultraliberal é um projeto de exclusão social, de racismo, de machismo, de LGBTQIA+fobia e de todas as formas de discriminação e opressão. A Educação não apenas é reprodutora das relações de exploração, mas tem em sua intencionalidade a perpetuação do sistema capitalista. E o método que os governos ultrane-

oliberais utilizam é de imposição e pressão sobre os profissionais da Educação e os estudantes, sem abertura ao diálogo e à participação, a não ser a submissão aos ditames dos grupos empresariais privatistas que atuam para mercantilizar a educação pública.

Para a APEOESP, a Educação é um ato político, como nos ensina Paulo Freire, uma prática de liberdade. Por isso que o governo Tarcísio/Feder persegue os professores e as professoras que lutam por uma pedagogia dialógica, emancipatória e transformadora. Concretizar os direitos às aprendizagens e ao desenvolvimento pode formar cidadãos e cidadãs, filhos/as da classe trabalhadora, que se contraponham às privatizações, ao clientelismo, às fake news e, sobretudo, combatam a cultura do ódio. Vamos exercer nossa Pedagogia da Ousadia, rompendo com o conteudismo, as respostas prontas para o Saesp, o autoritarismo e o desrespeito.

Por um ensino médio que atenda os interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora

Os governos paulistas, na implementação da reforma do ensino médio, que esvaziou a Formação Geral Básica, retirou conhecimentos fundamentais para a formação da juventude – como as disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes – entre muitos outros ataques. Nunca deixamos de denunciar e enfrentar cada uma dessas políticas. A intenção, aprofundada por Tarcísio/Feder é de esvaziar o papel da escola na formação cultural, ética, estética, científica e cidadã, em especial das juventudes. Ainda é preciso derrotar a direita e extrema-direita, aliadas à Fundação Lemann e ao grupo Todos pela Educação e ao fracassado movimento escola sem partido, para conquistarmos um ensino médio na concepção e prática libertadora que defendemos.



A BAGUNÇA NA ATRIBUIÇÃO DE AULAS



O caos na atribuição de aulas bem no início do ano letivo faz parte do projeto de desmonte da Educação Pública do Estado de São Paulo. Há mais de 1.500 professores sem aulas, até o momento, conforme levantamento da APEOESP. Deixar professores sem turmas e estudantes sem professores é útil para desqualificar os serviços públicos, além de ser uma evidente negação de direitos e afronta à Constituição Federal e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com regras absurdas, autoritárias e impraticáveis, juntamente com os erros grosseiros no processo, o governo Tarcísio/Feder prejudica toda a comunidade escolar.

A APEOESP continua lutando por atribuição de aulas presencial, justa e transparente. Os critérios para a classificação dos professores devem ser tempo de serviço (portanto, experiência) e títulos (valorizando a formação de cada um e cada uma) e os concursos públicos (garantindo equidade).

A SEDUC, intencionalmente para provocar o caos e a insegurança do professorado, não planejou a atribuição de aulas de maneira transparente, justa e negociada com a categoria. Como já ressaltado no BOLETIM APEOESP Informa Urgente 22, de 14/2/2024, o processo de atribuição de classes e aulas se desenvolve de modo autoritário, distorcido e desrespeitoso, com ataques gravíssimos aos direitos dos professores contratados precariamente (categoria O), com critérios de classificação injustos e erros grosseiros, prejudicando milhares de professores.

Não aceitamos e não aceitaremos esse processo sem transparência, sem garantia de direitos, com

desemprego e prejuízos aos estudantes, que poderão ficar sem aulas.

Breve histórico para compreender a problemática e decidir ações contundentes a partir das escolas, em todo o Estado de São Paulo

A situação caótica foi instalada de propósito pelo governo Tarcísio/Feder com sua recusa em prorrogar os contratos dos professores contratados de forma precária, os chamados “categoria O”, que representam hoje a metade dos docentes da rede estadual de ensino. Nos últimos anos, os contratos foram prorrogados por meio de projetos aprovados na Assembleia Legislativa, reduzindo o volume de problemas no início das aulas. Em 2022, por iniciativa da Deputada Professora Bebel junto ao governo, à Presidência da Alesp e às lideranças partidárias, a prorrogação foi aprovada por unanimidade em um projeto coletivo. Além da demissão desses quase 50 mil professores, a SEDUC por pouco não demite outros 61 mil docentes com contratos ativos. Somente quando alertamos para a ilegalidade de efeitos devastadores dessa decisão é que voltaram atrás.

A predominância de contratados em mais da metade do quadro de professores do Estado de São Paulo se deve ao governo Tarcísio/Feder, deliberadamente, por não cumprir a lei e não realizar concursos públicos para a contratação docente. A precarização é um projeto de desprofissionalização e de ataque à carreira. Está em andamento um concurso público para professores de ensino fundamental e médio, realizado por VUNESP e SEDUC, que se tornou uma verdadeira sucessão de absurdos. O primeiro deles foi a introdução da

videoaula como fator eliminatório de candidatos. Em segundo lugar, a avaliação dessas videoaulas foi feita por meio de Inteligência Artificial, sem que fossem dadas explicações e justificativas aos candidatos eliminados. Mesmo com a concessão de liminar em ação da APEOESP, com reabertura de recursos, a VUNESP manteve o recorrente comportamento desrespeitoso, prejudicando pelo menos 30 mil professores. Por essa razão, estamos encaminhando ao Ministério Público Estadual representação para responsabilizar a VUNESP e a SEDUC por todos os danos morais e materiais causados aos professores e professoras.

Ocorre que a classificação e nota do concurso foram, pela primeira vez, usadas como critério para a contratação e atribuição de aulas aos professores da categoria O. Nesta classificação não seriam considerados o tempo de serviço e a experiência dos professores, o que tornaria a distorção e a injustiça dessa classificação um verdadeiro escândalo. Com pressão e mobilização, conseguimos que esses fatores fossem considerados. Porém foram reduzidos pela SEDUC a um peso de apenas 10% na classificação.

Some-se a isso erros grosseiros verificados nas listas, com o registro incorreto de diversas informações encaminhadas pelos professores na plataforma denominada Secretaria Escolar Digital (SED) e o que se viu foi um verdadeiro caos, que se prolonga até o momento em que estamos elaborando esse texto.

Nesse ponto, precisamos registrar que a realização do processo de atribuição de classes online e não presencial agravou todos esses problemas. De fato, a SEDUC se mostrou incompetente para realizar esse processo. Ao “terceirizar” parte de suas atribuições à VUNESP, somente aumentou a quantidade de problemas, injustiças e prejuízos aos professores e aos estudantes que se encontram sem aulas.

Ora, a Secretaria Estadual da Educação de São Paulo possui na sua estrutura, inclusive em cada uma das Diretorias de Ensino, pessoal experiente e capacitado (funcionários, diretores, supervisores) que, se fossem chamados, organizariam um processo muito mais funcional e correto.

Por meio de suas subsedes e de plantões jurídicos acessíveis, a APEOESP conseguiu atuar para corrigir diversos erros, preservando direitos de professores. Se o processo de atribuição de aulas tivesse sido presencial, do início ao fim, certamente esse trabalho teria sido ainda mais produtivo.

A APEOESP não se calou, não se cala e não se calará frente a toda essa balbúrdia. No dia 21 de fevereiro, realizamos um ato sob forte chuva, reunindo mais de mil professoras e professores, levando o protesto de nossa categoria à SEDUC. Cobramos soluções para os pontos de nosso plano de lutas, inclusive pagamento de salários aos professores demitidos de forma intransigente e autoritária. Em defesa da nossa categoria, nossa perspectiva é a greve, se o governo Tarcísio/Feder não apresentar soluções para os problemas da nossa categoria.

Atos Regionais nas Diretorias de Ensino

As subsedes devem continuar pressionando as Diretorias de Ensino, exigindo reuniões com os dirigentes e soluções para os problemas que atingem os professores. **E devem levantar o número de professores sem aulas.**

Para aumentar a pressão social e sensibilizar a opinião pública, devem divulgar nas mídias locais e regionais. Imagens e informações sobre os eventos realizados devem ser encaminhadas à Sede Central.

Subsedes e professores devem utilizar espaço no portal da APEOESP para relatar denúncias sobre irregularidades e injustiças no processo de atribuição de aulas. Denuncie pelo link: https://sis.APEOESP.org.br:11443/APW30/w_enquetes/enquete.php?id=535

Essas informações são importantes para a representação da APEOESP no Ministério Público denunciando VUNESP e SEDUC por danos morais e materiais aos professores resultantes da bagunça no processo de atribuição de aulas.

Na reunião que a Diretoria da APEOESP manteve com o Secretário Executivo da SEDUC no dia

22/2, cobramos que a continuidade das atribuições se dê de forma presencial. Fomos atendidos e os professores e subsedes devem cobrar que isto ocorra em suas regiões.

Cobramos também soluções para os erros de classificação, divergências de documentação, dificuldades para inscrição de PEB I no banco de talentos e dificuldades para professores se tornarem eventuais por falta de contrato. Em relação ao PEB I, o Secretário afirmou que futuramente haverá processo seletivo simplificado, extinguindo o banco de talentos. Em relação aos eventuais, o Secretário concordou em ativar contratos para quem tem interesse.

APEOESP denuncia VUNESP e Feder ao Ministério Público

O que está na raiz de todos esses problemas é a terceirização do processo de atribuição de aulas para a VUNESP, que se mostrou incapaz de organizar um processo justo, causando danos profundos a milhares de professoras e professores em todo o estado de São Paulo.

Ao classificar os professores para a atribuição de aulas com base no resultado de um concurso mal concebido e pessimamente realizado, a Secretaria Estadual da Educação se tornou cúmplice de um crime contra os professores e a Educação pública paulista.

O concurso se tornou um ataque sem precedentes à nossa categoria desde a imposição de uma descabida videoaula com caráter eliminatório, cuja correção malfeita foi realizada por meio de Inteligência Artificial. A falta de respeito com os professores foi tão profunda que os recursos protocolados pelos candidatos prejudicados receberam apenas uma resposta padrão da VUNESP. Isto nos obrigou a ingressar na Justiça para que houvesse respostas decentes. Mesmo com a emissão de liminar pelo juiz da causa, a VUNESP manteve sua postura desrespeitosa e insistiu em não dar respostas adequadas aos recursos.

Por isso, a APEOESP ingressou com representação

junto ao Ministério Público para responsabilizar a VUNESP e a SEDUC pelo caótico processo de atribuição de aulas e todos os danos morais e materiais causados aos professores e às professoras.

Se a SEDUC, na atual administração, não tinha competência para organizar o processo de atribuição de aulas, não deveria ter transferido a responsabilidade para a VUNESP, pois nas Diretorias de Ensino existem profissionais plenamente capacitados (diretores, supervisores de ensino, funcionários) para organizá-lo, conforme já explicitado acima.

É muito importante que os/as Representantes de Escola debatam com os/as professores/as na base sobre esse tema, com propostas concretas.

Contratação justa para todos e todas

A APEOESP luta para que os professores temporários tenham condições dignas de contratação. Propõe, de imediato, a extensão das condições de estabilidade da categoria F até que possam se efetivar por meio de concurso público.

Para 2024, a APEOESP defendeu a preservação dos postos de trabalho dos professores temporários, para que não ocorressem demissões dos aprovados no concurso público, devido à quarentena, garantindo seu direito de escolha de vagas. Lamentavelmente, a SEDUC se recusou a negociar essa solução com o Sindicato, como ocorreu em governos anteriores entre 2018 e 2022. Em 2022, sobretudo, a prorrogação se deu por meio de inédita articulação realizada pela deputada estadual Professora Bebel, Segunda Presidenta da APEOESP, entre a presidência da Alesp, a SEDUC e as lideranças partidárias, aprovando por unanimidade um projeto de autoria coletiva.

Concurso Público como caminho de garantia de direitos para uma atribuição justa

A APEOESP defende a convocação de 100 mil candidatos aprovados, para preenchimento de

todas as vagas. Defende também mudanças na concepção e na metodologia de realização dos Concursos Públicos, uma vez que os critérios de avaliação são conteudistas e tecnicistas. Além disso, a imposição da videoaula em 2023, corrigida por Inteligência Artificial e com evidentes falhas, representa uma afronta ao caráter dialogal da própria aula e da Educação como um todo. A videoaula é parte de um mesmo projeto de desvalorização docente e de reforço do neotecnicismo na Educação Paulista.

A APEOESP defende que o Concurso Público avalie a solidez da formação teórica dos docentes, em uma concepção de Educação como direito humano e não como mera transmissão de conteúdos pré-selecionados e de barateamento e sucateamento dos percursos educativos e controle ideológico de professores e estudantes.

Pelo cumprimento das Atividades Pedagógicas Diversificadas (APDs) em local de livre escolha, conforme a lei

O texto da Lei Complementar 1396/2023 é claro: as Atividades Pedagógicas Diversificadas (APDs) devem ser cumpridas em local de livre escolha do professor. Essa redação foi resultado da nossa luta e da atuação na Alesp da Deputada Estadual e Segunda Presidenta da APEOESP, que exigiu e articulou junto à Liderança do governo e a própria SEDUC alteração na redação original do projeto, que permitia ao Secretário da Educação determinar o local de cumprimento das APDs.

Como era o texto original do projeto:

Artigo 1º - Os dispositivos adiante indicados passam a vigorar com a seguinte redação:

I – da Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022:

(...) b) o § 1º do artigo 10:

“§ 1º - O tempo de trabalho destinado às atividades pedagógicas sem interação com os edu-

candos será cumprido em local definido por ato do Secretário de Educação.” (NR) (...)

Como ficou o texto aprovado:

Artigo 1º - Os dispositivos adiante indicados passam a vigorar com a seguinte redação:

I – da Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022: (...)

b) o § 1º do artigo 10:

“§1º - O tempo de trabalho destinado às atividades pedagógicas sem interação com os educandos será cumprido em local de livre escolha do docente. (...)

Foi uma vitória importante para a categoria e para a Educação. Por isso, não podemos aceitar que o Secretário da Educação pretenda, novamente, tirar o direito dos professores e das professoras, ao publicar um comunicado determinando que cada docente cumpra as APDs durante o horário de funcionamento das escolas e que declare esses horários aos gestores da unidade escolar.

Isso não apenas é desnecessário, como autoritário e absurdo. Quando a lei determina que os professores cumpram as APDs em local de sua livre escolha, a única exigência é que não desenvolvam outras atividades remuneradas no mesmo horário. Qualquer pessoa que convive em casa com uma professora ou um professor sabe que esse professor ou professora trabalha aos sábados, aos domingos, aos feriados, em horários diversificados, para exercer com qualidade e dedicação a profissão que escolheu, em respeito aos estudantes com quem trabalha nas salas de aula. Por que exigir que os professores informem em que horários realizarão esse trabalho?

A APEOESP está trabalhando para derrubar esse comunicado da SEDUC e outras medidas autoritárias do governo Tarcísio/Feder e não descartamos a greve, porque a nossa categoria não aguenta mais tanto desrespeito!

Na reunião mantida com o Secretário Executivo da SEDUC em 22/2, ele reconheceu que o comunicado dá margem a dúvidas e ficou acertado que a Secretaria publicará um novo para esclarecer gestores e professores de que as APDs são em

local de livre escolha. Não aceitaremos que este direito seja condicionado por exigências ilegais.

Pelo fim do assédio contra os gestores e os professores

A APEOESP é frontalmente contrária ao que determina a LC 1396/2022 quanto a demissões ou transferências de diretores, vices e supervisores que não cumprirem metas impostas pela SEDUC. A política do governo é pressionar esses gestores

para que transfiram essa pressão para os professores e funcionários nas escolas.

Assim, proporá um trabalho conjunto com UDEMO e APASE para formar um bloco contra o assédio moral da SEDUC, neste e demais casos. Lutamos pela revogação da Resolução 4, que regulamenta esse assunto.

Na reunião entre a APEOESP e o Secretário Executivo da SEDUC, propusemos que, no mínimo, o Conselho de Escola tenha poder de decisão nesta questão, sem abrimos mão de nossa posição contrária à resolução.

ENCAMINHAMENTOS E PROPOSTAS

PREPARAR A GREVE CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO TARCÍSIO/FEDER: POR EMPREGO, SALÁRIO E DIREITOS!

Recentemente o governador chegou ao ápice do desrespeito ao declarar que “os professores não têm a melhor estrutura nem os melhores salários, mas eles têm muito amor”. Usando de ironia, o governador reconhece que ganhamos mal e não temos condições de trabalho, mas nada faz para resolver esses problemas. Ao contrário, mantém política de bônus, subsídio, abono complementar, não aplica o reajuste do piso nacional no nosso salário base e quer cortar R\$ 10 bilhões das verbas da Educação.

Sim, temos amor à profissão que escolhemos e pelo ensino de qualidade que podemos oferecer aos nossos estudantes. Como profissionais que somos, porém, exigimos nossos direitos.

Por tudo o que expusemos neste Boletim, a necessidade – e possibilidade – de uma forte greve da nossa categoria se torna um ponto a ser considerado na nossa estratégia de luta.

- Contra o corte de verbas da Educação: Tarcísio, tire as mãos do nosso dinheiro. Não à redução/flexibilização das verbas da Educação de 30% para 25%! Contra o corte de R\$ 10 bilhões da Educação!
- Chega de autoritarismo na rede estadual de ensino. Pelo fim do assédio moral, o bullying e o desrespeito contra diretores, vices, supervisores, professores e funcionários.
- Não às práticas antissindiciais do governo Tarcísio/Feder.

- Pela valorização salarial e profissional de toda a categoria, com piso salarial nacional pago de forma integral e reajustando o salário base.
- Por condições dignas de trabalho nas escolas!
- Exigimos transparência, lisura e justiça na atribuição de aulas presenciais.
- Respeito à lei das APDs: cumprimento em local de livre escolha, sem exigências ilegais.
- Pela contratação justa para os professores temporários – de imediato, extensão das condições de estabilidade dos professores da categoria F aos professores da categoria O.
- Direito ao IAMSPE para todos.
- Pela convocação de 100 mil professores no concurso público.
- Pela revogação da LC 1374/2022.
- Por uma carreira aberta, justa e atraente.
- Pela revogação da reforma do ensino médio.
- Em defesa da liberdade de ensinar e aprender, contra a vigilância em sala de aula.
- Não à digitalização, conteudismo e neo-

- tecnicismo no processo de ensino e aprendizagem.
 - Por uma educação especial inclusiva, com a revisão do Decreto 67.635/2023 e da Resolução SEDUC 21/2023.
 - Não à privatização dos serviços públicos.
 - Não à privatização das escolas públicas por meio de parcerias público-privadas!
 - Não à municipalização das escolas estaduais.
 - Devolução já dos valores descontados de aposentados e pensionistas!
 - Pela revogação da LC 173/2020 – descongelamento do tempo de serviço de 2020/2021.
 - Não à reforma administrativa federal e estadual.
 - Pela revogação da reforma trabalhista, da previdência e demais ataques aos direitos dos trabalhadores.
 - Pelo fim do genocídio do povo palestino. Cessar fogo já!
- E demais reivindicações

ANEXO

PRESIDENTE LULA ESTÁ CERTO EM DENUNCIAR O GENOCÍDIO NA PALESTINA

A APEOESP vem a público para repudiar as declarações do Primeiro-Ministro de Israel Benjamin Netanyahu, classificando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “persona non grata” naquele país. Repudiamos também todas as tentativas de criminalizar e distorcer as declarações do presidente Lula.

Em entrevista concedida a jornalistas no domingo, 18 de fevereiro, o presidente do Brasil se posicionou contra as operações militares promovidas pelo governo israelense na Palestina, qualificando-as de “genocídio” e comparando-as aos massacres promovidos pelos nazistas contra o povo judeu. Pediu também o imediato cessar fogo na Palestina.

Lula expressou uma posição humanista, de quem não aceita o extermínio de um povo em nome de um suposto direito à “autodefesa”, quando as vítimas são crianças, mulheres, idosos e homens desarmados frente a bombardeios indiscriminados contra escolas, hospitais e prédios residenciais (inclusive bombas de fósforo branco, proibidas por convenção internacional) e à ofensiva terrestre de mais poderosos exércitos.

Consideramos que o presidente Lula está correto em chamar de volta o embaixador brasileiro em Israel e esperando que outros países sigam o exemplo brasileiro, para deter o genocídio que ora ocorre em território palestino.

Diretoria da APEOESP

ASSEMBLEIA ESTADUAL

15 MARÇO

SEXTA

COM PARALISAÇÃO

2024

16 horas - Praça da República



**PREPARAR A GREVE!
POR EMPREGO, SALÁRIO E DIREITOS!**



www.apeoesp.org.br

Dirigentes responsáveis por esta publicação

Zenaide Honório – 1ª Secretária Geral
Sérgio Martins da Cunha – 2º Secretário Geral

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Francisco de Assis Ferreira – Secretário de Comunicações
Rui Carlos Lopes de Alencar – Vice-Secretário de Comunicações

Conselho Editorial

Fábio Santos de Moraes
Maria Izabel Azevedo Noronha
Francisco de Assis Ferreira
Rui Carlos Lopes de Alencar
Zenaide Honório
Sérgio Martins da Cunha
Roberto Guido
Miguel Noel Meirelles
Rita de Cássia Cardoso
Richard Araújo
Walmir Siqueira
Ozani Martiniano de Souza

DIRETORIA DA APEOESP – Gestão 2023–2026**EXECUTIVA**

Primeiro Presidente: Fábio Santos de Moraes; **Segunda Presidenta:** Maria Izabel Azevedo Noronha; **Primeira Secretária Geral:** Zenaide Honório; **Segundo Secretário Geral:** Sérgio Martins da Cunha; **Secretário de Finanças:** José Roberto Guido Pereira; **Vice-Secretário de Finanças:** Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Vice-Secretário de Administração:** Edivaldo Máximo; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Vice-Secretária de Patrimônio:** Maria José Cunha Carretero; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Vice-Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais:** Paulo José das Neves; **Secretário de Comunicações:** Francisco de Assis Ferreira; **Vice-Secretário de Comunicações:** Rui Carlos Lopes de Alencar; **Secretário de Formação:** Fláudio Azevedo Limas; **Vice-Secretária de Formação:** Eliane Martiniano de Souza; **Secretária de Política Sindical:** Poliana Fé do Nascimento; **Vice-Secretário de Política Sindical:** Luciano Delgado; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Walmir Siqueira; **Vice-Secretária de Legislação e Defesa dos Associados:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretária de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Rita de Cássia Cardoso; **Vice-Secretário de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Floripes Ingracia Borioli Godinho; **Vice-Secretário para Assuntos do Aposentado:** Maurício Cavalcante dos Santos; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suely Fátima de Oliveira; **Vice-Secretária para Assuntos da Mulher:** Eliana Nunes dos Santos; **Secretário para Assuntos Municipais:** Douglas Martins Izzo; **Vice-Secretária para Assuntos Municipais:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Direitos Humanos:** Mônica Antonio da Silva Fernandes; **Vice-Secretário de Direitos Humanos:** Jesse Pereira Felipe; **Secretária de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Solange Aparecida Benedeti Penha; **Vice-Secretário de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Josafá Rehém Nascimento Vieira; **Secretário de Assuntos Relativos às Pessoas com Deficiência:** Rodolfo Alves de Souza; **Vice-Secretária de Assuntos relativos às Pessoas com Deficiência:** Maria Regina de Souza Sena; **Secretário Geral de Organização:** Leandro Alves Oliveira; **Secretária de Organização para a Capital:** Ana Paula dos Santos Lima; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** Fábio Santos Silva; **Secretária de Organização para o Interior:** Andréia Oliveira de Souza Soares; **Secretária de Organização para o Interior:** Cilene Maria Obici; **Secretária de Organização para o Interior:** Eliane Aparecida Garcia; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA – DEC

Ademar de Assis Camelo; Aldo Josias dos Santos; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Ana Amália Pedroso Curtarelli; Ana Claudia dos Santos; Ana Lúcia Santos Cugler; Anita Aparecida Rodrigues Marson; Antonio Carlos Silva; Antonio Gandini Junior; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carlos Roberto dos Santos; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Claudio Juhrs Rodrigues; Claudio Marta de Carvalho; Cléofas Teixeira Barbosa; Cloves Soares Lauton; Dagmar Aparecida Rodrigues Silveira; Déborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edivaldo de Marchi; Evaristo Balbino da Silva; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida Rodrigues dos Santos de Campos; Geraldo César Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Hamed Mauch Bittar; Jefferson de Albuquerque Cypriano Rosa; João Luís Dias Zafalão; Joaquim Soares da Silva Neto; Jorge Leonardo Paz; José Bonfim Ferreira do Prado; José Carlos Brito Silva; José de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Josefa Gomes da Silva; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal de Aguiar Penteado Neto; Karen Aparecida Silveira; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luci Ferreira da Silva; Luís Antonio Nunes da Horta; Luzelena Feitosa Vieira; Marcio de Oliveira Santos; Marcos Rogério Jesus Chagas; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Consoladora da Silva; Maria de Lourdes Cavichiole; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Helena de Carvalho; Maria José Blondel Enrione; Maria Lícia Ambrosio Orlandi; Matheus Corrêa Siqueira; Mauricio Avancini; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberto Fernandes Tofoli; Roberto Mendes; Rodolfo Vieira Saraiva; Ronaldo Torelli; Ronaldo Nascimento Mota; Rosa Maria de Araújo Fiorentin; Rosane de Matos; Sílvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vânia Pereira da Silva; Wilian Hugo Correa dos Santos; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonialli.



Praça da República, 282
CEP: 01045-000 – São Paulo SP
Fone: (11) 3350-6000
www.apeesp.org.br